



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE

PROCESSO ADMINISTRATIVO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05.04.01/2021

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, DESTE MUNICÍPIO.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
PNAE – 05.07.12.306.0009.2.021

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00

DATA DE EMISSÃO: 29 de março de 2021

DATA DA ABERTURA: 04 de maio de 2021

HORA DA ABERTURA: 08:00hs

DATA DO CONTRATO:

MAIO/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE

AUTORIZAÇÃO



Senhor Presidente da Comissão de Licitação

Encaminhamos a vossa senhoria o **TERMO DE REFERÊNCIA** em anexo, que trata da AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, DESTE MUNICÍPIO, fica essa Comissão de Licitação, desde já autorizada a proceder com a abertura de processo, na modalidade Chamamento Público, para atendimento da necessidade requerida.

Jaguaribe/CE, 29 de março de 2021.


Francisco Elder Cavalcante Barroso
Secretário de Educação e Cultura

PORTARIA 004/2021, de 01 de janeiro de 2021.

ALEXANDRE GOMES DIÓGENES, Prefeito Municipal de Jaguaribe, Estado do Ceará, no uso das atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município e, nos termos do art. 12, II da Lei 543, de 27/11/1999 que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Jaguaribe, **RESOLVE**:

Art. 1º Nomear **FRANCISCO ELDER CAVALCANTE BARROSO**, brasileiro, casado, agrônomo, mestre em Engenharia de Pesca, identidade 334163898-49 – SSP/CE, CPF 743.347.003-49 para o cargo de **SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Palácio da Intendência, 01 de janeiro de 2021.


ALEXANDRE GOMES DIÓGENES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº CP-001/2021 – SEDUC

TERMO DE REFERÊNCIA



1. OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DESTA MUNICÍPIO.

2. JUSTIFICATIVA

1.1 Anualmente a administração necessita adquirir gêneros alimentícios para atendimento da Resolução nº 38 de 16 de julho de 2009 do FNDE, buscando garantir aos alunos matriculados na rede pública de educação do município de JAGUARIBE uma alimentação adequada. A referida aquisição deverá ser procedida através de processo licitatório, por força do artigo 9º, § 3º, inciso I da supracitada resolução e da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

1.2 O Programa de Alimentação Escolar – PNAE, desenvolvida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, tem como objetivo suprir as necessidades alimentares e nutricionais dos alunos, promovendo, conseqüentemente, os bons hábitos alimentares. Dessa forma, o PNAE contribui o crescimento e o desenvolvimento das crianças e para redução dos índices de evasão escolar, além de fomentar a economia local e possibilidade o efetivo controle social.

1.3 Para que esse objetivo seja alcançado na sua plenitude, faz-se necessário o estabelecimento de medida destinadas à otimização do pleno fornecimento da alimentação escolar aos alunos da Rede Municipal Pública Municipal de JAGUARIBE, bem como ao cumprimento do que determina a legislação que rege o PNAE.

1.4 Uma dessas medidas é a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis a fim de garantir o fornecimento da alimentação escolar aos alunos atendidos pela rede pública de ensino.

1.5 A Fim de oferecer uma refeição de qualidade, o cardápio de alimentação escolar do município de JAGUARIBE é elaborado por uma equipe de nutricionistas, levando em conta hábitos alimentares próprios da região, bem como a qualidade de calorias necessárias, conforme cardápio em anexo.

1.6 Diante do exposto, é necessário que se proceda um procedimento de Chamamento Público a fim de viabilizar a aquisição de alimentos que compõem o cardápio da alimentação da Rede Pública de Ensino do município de JAGUARIBE, através das resoluções pertinentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



3. OBJETIVO

3.1 Elaboramos o presente Termo, para que no procedimento legal, seja efetuada a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, tendo por finalidade definir elementos que norteiam a contratação de fornecimento parcelado de Gêneros Alimentícios, visando à formação de futura contratação, para atender as necessidades dos Programas desenvolvidos pela Secretaria de Educação e Cultura.

3.2 Proporcionar à clientela do serviço público de educação a oferta da refeição necessária à permanência do aluno na sala de aula no turno de ensino, de forma a mantê-lo na escola neste período.

3.3 Promover uma refeição de qualidade atendendo aos princípios legais regedores da matéria. Utilizar adequadamente os recursos destinados à efetivação dos mecanismos de promoção da educação em nosso município.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, por meio da modalidade de compra institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com dispensa de Licitação com fulcro no art. 17 da Lei nº 12.512 de 14 de Outubro de 2011, Decreto nº 7.775 de 4 de Julho de 2012, na Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) nº 50, de 26 de Setembro de 2012, Instrução Normativa nº 2 de 29 de março e 2018 e demais legislações aplicáveis

5. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UND	ENS. FUND.	EJA	CRECHE	PRÉ ESCOLA	AEE	TOTAL
01	FEIJÃO DE CORDA – Grupo anão, classe cores, tipo 1, embalado em saco plástico de polietileno transparente, pacotes de 01kg, acondicionados em fardos de 30kg; data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	KG	1.000	200	700	500	150	2.550
02	<i>Jerimum Caboclo</i> – Tamanho médio, coloração uniforme, polpa firme, livre de sujidades, parasitas, larvas, resíduo de fertilizante;	KG	1.800	350	1.300	700	200	4.350
03	POLPA DE FRUTAS – Congelada, selecionada, isenta de contaminação; embalagem de 1000g acondicionadas em saco plástico de polietileno de 1kg. Informar o valor nutricional.	KG	7.500	500	3.800	1.950	300	14.050



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



	Constar a data de fabricação, prazo de validade de no mínimo 06 meses. Deve conter o número de inscrição do MAPA ou apresentação de um responsável técnico que ateste a adequação, apresente o Manual de Boas Práticas e a análise da água e a solicitação e o aguardo para a visita do técnico responsável do Ministério da Agricultura e Pecuária para aquisição do selo.							
04	FILE DE PEIXE TILÁPIA – Congelado, sem espinha, isento de toda e qualquer evidência de decomposição, embalados em 1 kg, em camadas separadas por filmes plásticos, transparentes e atóxicos, acondicionados em embalagens lacradas, limpas e secas, não violadas, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, nº de lote, data de validade, quantidade do produto, com prazo de validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Deve conter o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F ou a apresentação de um responsável técnico do Município, que ateste a visita técnica, a central de beneficiamento apresente o Manual de Boas Práticas e a solicitação do aguardo da visita do técnico responsável do Ministério da Agricultura e Pecuária para aquisição do selo.	KG	2.800	400	-	-	200	3.400
05	BATATA DOCE – Branca/roxa, primeira qualidade, tamanho grandes ou médios, uniformes, inteiros, sem ferimentos ou defeitos, casca lisa e com brilho, sem corpos estranhos ou terra, aderidos à superfície externa.	KG	1.800	350	1.300	700	200	4.350
06	BANANA PRATA – 1ª qualidade, tamanho médio (60g) em pencas, com grau de maturação que suporte manipulação, transporte e a conservação em condições adequadas até o consumo,	DUZ	1.800	350	1.300	700	200	4.350



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



	aconditionadas em embalagem de 05 a 10 kg, em sacos de polietileno frestado, com etiqueta de pesagem.							
07	MAMÃO FORMOSA – Casca fina, lisa, íntegro e firme, sem manchas ou perfurações, com peso médio de 2kg, com grau de maturação adequado, isento de substância terrosa, sujidades, acondicionadas em sacos de polietileno frestados, com identificação do peso.	KG	1.800	350	1.300	700	200	4.350
08	OVO DE GALINHA CAIPIRA – Ovo de galinha caipira, tamanho padrão médio. De 1ª qualidade, higienizado, com boa aparência, sem manchas ou fragmentos e de colheita recente (novo). De 1ª qualidade, higienizado, com boa aparência, sem manchas ou fragmentos e de colheita recente (novo). Separadas em bandejas por filmes plásticos, transparentes e atóxicos, acondicionados em embalagens lacradas, limpas e secas, não violadas, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, nº de lote, data de validade. Deve conter o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.	UNID	30.900	7.120	3.650	4.150	2.030	47.850
09	MEL DE ABELHA – Não deve conter substâncias estranhas a sua composição normal, e nem ser adicionado de corretivos de acidez. Aspecto: líquido, denso, viscoso, translúcido, cheiro e sabor próprios. Deve conter o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F	SACHE	60.000	7.000	12.000	12.000	2.500	93.500
10	CHEIRO VERDE – contendo partes iguais de coento e cebolinha, março de cor verde escuro, isenta de sinais de apodrecimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas.	KG	300	100	200	200	100	900



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



11	QUEIJO COALHO – Fabricado com leite pasteurizado com teor de gordura na faixa de 3,2 a 3,4%, Cloreto de Cálcio solução 40 %: 40 ml para 100 litros de leite Coalho líquido, na dosagem de 25 a 30 ml para cada 100 litros de leite Salgado em salmoura. Fermento láctico mesofílico, dosagem de 1,5% sobre o volume de leite ou fermento para uso direto. Manipuladas em condições higiênicas satisfatórias. Embalagem integrada de 500g, na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data da entrega. Deve conter o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F	KG	700	300	200	200	100	1.500
12	FRANGO ABATIDO – Resfriada e limpa. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da saúde, DIPOA nº. 304 de 22/04/96 e nº. 145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA nº. 105 de 19/05/99. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.	KG	250	150	150	150	100	800
13	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA SEM OSSO – Especificação: peso líquido de Kg, musculo, resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor: próprio, embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA nº. 304 de 22/04/96 e nº. 145 de 22/04/98, da	KG	250	150	150	150	100	800



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



	Resolução. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.M.							
14	COSTELA BOVINA – Peso líquido de Kg, costela, resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor: próprio, embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n°. 304 de 22/04/96 e n°. 145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n°. 105 de 19/05/99, da Lei Municipal/Vigilância Sanitária n. 5504/99 e Resolução RCC n.13 de 02/01/2001. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.	KG	250	150	150	150	100	800
15	CARNE DE CARNEIRO IN NATURA - Resfriado, com osso, limpa, no máximo 10% de gordura, igualmente distribuída pela peça, apresentando com vermelha brilhante, consistência firme e elástica, acondicionada e transportada em embalagens em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, contendo os carimbos oficiais. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.	KG	250	150	150	150	100	800
16	CARNE SUÍNA – carne de 1ª qualidade, cortadas, congelado, com cor, cheiro e sabor próprios. Isenta de ossos e cartilagens. Acondicionada em filme PVC ou embalagens de plástico atóxico devidamente seladas, identificadas com data de manipulação e validade, pesando 1 kg. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.	KG	250	150	150	150	100	800

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



6.1 As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado, correrão por conta da dotação orçamentária nº: 05.07.12.306.0009.2.021 – Gerenciamento do Programa de Merenda Escolar – PNAE; elemento de despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo, com recurso diretamente arrecadados ou transferidos da PMJ, consignado no Orçamento Municipal de 2021.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 No Processo de Habilitação, do **Fornecedor Individual (não organizado em grupo)** deverão entregar dentro do **ENVELOPE Nº 01** os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

- I – Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e RG;
- II – Cópia da DAP Física do agricultor familiar participante;
- III – Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de JAGUARIBE.
- IV – Declaração de atendimento de requisitos previstos na lei específica, quando for o caso; e
- V – Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada de acordo com o Projeto de Venda a ser apresentado.

7.2 No Processo de Habilitação, os **Grupos Informais de Agricultores Familiares** deverão entregar dentro do **ENVELOPE Nº 01** os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

- I – Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e RG;
- II – Cópia da DAP Física de cada agricultor familiar participante;
- III – Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de JAGUARIBE.
- IV – Declaração de atendimento de requisitos previstos na lei específica, quando for o caso; e
- V – Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada de acordo com o Projeto de Venda a ser apresentado.

7.3 No processo de habilitação, os **Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações** deverão entregar dentro do **ENVELOPE Nº 01** os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

- I – Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II – Cópia da DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- III – Prova de Regularidade de Situação perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.
- IV – Prova de situação regular fiscal perante a Fazenda Nacional (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DIVIDA ATIVA DA UNIÃO), alterada pela portaria conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014; encontrada no site: portconjuntaRFBPGFN18212014.htm.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



- V – Cópias do Estatuto e Ata de Posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente, acompanhada de cópia do RG e CPF do responsável pela mesma;
- VI – Declaração de atendimento de requisitos previstos na lei específica, quando for o caso;
- VII – Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção dos associados/cooperados, relacionada de acordo com o Projeto de Venda a ser apresentado;
- VIII – Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda dos seus cooperados/associados.

7.3 Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope n.º 1) poderão ser apresentados em original ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração Pública, mediante o Original.

7.4 Todos os documentos exigidos deverão estar dentro de seus prazos de validade, inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final para a entrega dos envelopes, salvo disposição contrária específica em lei.

8. PROJETO DE VENDA

8.1 A organização de agricultores familiares, deverão apresentar no **ENVELOPE n.º 2**, numa **ÚNICA VIA**, o **PROJETO DE VENDA**, que deverá ser elaborado de acordo com o Modelo apresentado no **ANEXO II**.

8.2 Poderá ser cotada quantidade parcial por item, de acordo com a disponibilidade de fornecimento do participante e o limite individual de venda da organização de agricultores familiares para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de **R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)**, por DAP/ano, conforme a nova redação do Art. 24 da Resolução CD/FNDE n.º 38/2009 alterada pelo Art. 32 da Resolução CD/FNDE n.º 4/2015 de 02/01/2015.

8.3 O **PROJETO DE VENDA** deverá apresentar a descrição detalhada do objeto desta CHAMAMENTO PÚBLICO, em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I, a descrição deve ser firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado GLOBAL.

8.4 O Preço de Referência será de acordo com a Tabela de Preços fornecido pela CEASA (Central de Abastecimento do Ceará S/A).

8.5 Devem constar no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CNPJ, DAP JURÍDICA e endereço da organização de agricultores familiares.

Parágrafo Único: Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos (HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE VENDA) constatada na abertura dos envelopes, poderá ser concedido abertura de prazo de 05 (cinco) dias úteis, para regularização, conforme análise da Comissão Julgadora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE **JAGUARIBE**



9. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9.1 Os documentos de habilitação e os projetos de venda apresentados pelos interessados serão analisados pela Comissão de Licitações do Município de JAGUARIBE.

9.2 Os **Envelopes nº 01** contendo os documentos de habilitação e **nº 02** contendo o Projeto de Venda serão levados e abertos no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de JAGUARIBE, localizada na sala de reunião da Secretaria de Planejamento e Gestão, na Av. Maria Nizinha Campelo, nº 341, Aldeota, na data e horário designados.

9.3 Na sessão de abertura dos envelopes os interessados poderão ser representados por outras pessoas através da apresentação de procuração por instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar o interessado em todas as etapas/fases da **CHAMAMENTO PÚBLICO**, negociar a redução de preços, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes a presente contratação.

9.4 Os documentos de habilitação e os projetos de venda apresentados serão analisados em uma única etapa, pela Comissão de Licitação e Conselheiros do Conselho de Alimentação Escolar, que se fizer presente à sessão, que verificará a conformidade da documentação e dos projetos de venda apresentados em relação aos requisitos fixados no presente Edital e na legislação vigente.

9.5 O critério de aceitabilidade dos projetos de venda ofertados será o de compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas e com respeito aos preços fixados, conforme o ANEXO I.

9.6 Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção, sendo elas:

- I -Agricultores familiares do município;
- II – Comunidades tradicionais quilombolas ou indígenas;
- III- Assentamentos de reforma agrária;
- IV – Grupo de mulheres;
- V – Produção agroecológica ou orgânica.

10. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE **JAGUARIBE**



10.1 Das Decisões proferidas, decorrentes da Presente CHAMAMENTO PÚBLICO, caberá recurso à autoridade superior no prazo de 05 (Cinco) dias uteis, e contrarrazões no mesmo prazo, conforme Art. 109 da Lei nº. 8.666/93.

11. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

11.1 Após a aprovação da Comissão de Licitações com relação ao Projeto de Venda e aos documentos de habilitação, o proponente classificado deverá como condição para a contratação, apresentar amostra do produto na sede da Secretaria de Educação e Cultura, localizada à Rua Gilberto Gomes de Menezes, 58, Centro, JAGUARIBE, em até **02 (Dois) dias uteis após a divulgação do resultado da classificação das propostas.**

11.2 As amostras serão submetidas a análises técnicas e sensoriais, conforme as especificidades de cada produto, sendo realizadas e coordenadas pela nutricionista responsável e/ou pelo Conselho de Alimentação Escolar, deste Município, observando-se a legislação pertinente.

11.3 Os produtos alimentícios a serem adquiridos para a clientela do PNAE deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais órgãos fiscalizadores.

11.4 O resultado da análise do resultado da aceitabilidade das amostras será publicado em flanelógrafo oficial da Prefeitura Municipal de Jaguaribe em no máximo 05 (cinco) dias após a entrega.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, e pelas disposições constantes na Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, por meio da modalidade de compra institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com dispensa de Licitação com fulcro no art. 17 da Lei nº 12.512 de 14 de Outubro de 2011, Decreto nº 7.775 de 04 de Julho de 2012, na Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) nº 50, de 26 de Setembro de 2012, Instrução Normativa nº 2 de 29 de março e 2018 e demais legislações aplicáveis

12.2 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

12.3 Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

12.4 Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE **JAGUARIBE**



13- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste chamamento público e no Termo Contratual;

13.2 Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste chamamento;

13.3 Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

13.4 Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

13.5 Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

13.6 Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.7 Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.

13.8 Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.

13.9 Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.

13.10 Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo imediato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

14. CONTRATAÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



14.1 Após a aprovação das amostras e resolução de possíveis recursos administrativos, para efetivar a contratação desta CHAMAMENTO PÚBLICO a Prefeitura do Município de JAGUARIBE, prosseguirá com os atos para formalizar a **aquisição através do processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art. 17 da Lei 12.512/2011** e com as resoluções do FNDE citadas neste instrumento, respeitando a ordem de classificação.

14.2 O fornecimento dos gêneros alimentícios será autorizado após a assinatura e publicação do contrato, sendo assim, após a notificação os proponentes selecionados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Jaguaribe na sala da Comissão de Licitação, para assinar o contrato.

14.3 O prazo acima estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pelo proponente selecionado, durante o seu transcurso e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.4 Não sendo assinado o contrato, poderá o órgão credenciador convocar a(s) outra(s) proponente(s) classificada(s), sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente.

14.5 A entrega dos produtos descritos neste edital serão em conformidade com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação observando os cronogramas constantes nos anexos deste edital.

14.6 Os cronogramas de entrega dos produtos poderão ser readequados de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação em concordância com os proponentes contratados, sendo registradas todas as mudanças em anexo aos contratos.

14.7 Os Contratos firmados terão a vigência de até **31 de Dezembro de 2021**, podendo ser aditivado nos casos e formas previstos no art. 57 e incisos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

15. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 O(s) objeto(s) desta CHAMAMENTO PÚBLICO será(ão) entregue(s) em perfeita(s) condição(ões) de consumo, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência do contrato, sem qualquer despesa adicional.

15.2 O(s) objeto(s) desta CHAMAMENTO PÚBLICO serão entregue(s) e recebido(s) provisoriamente no âmbito estabelecido neste Edital e Anexos, levando em consideração o contrato para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo, observado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas corridos de sua entrega.



PREFEITURA MUNICIPAL DE **JAGUARIBE**



15.3 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do(s) contratado(s), nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento do contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e Contrato dele decorrentes.

15.4 Os produtos deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela SECRETARIA REQUISITANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias, a partir da solicitação, de acordo com o cronograma previsto no contrato e levando em consideração o horário normal de expediente dos locais indicados para recebimento.

15.5 Serão rejeitados no recebimento os produtos que apresentarem sinais de deterioração ou embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do produto.

15.6 A entrega do objeto, quando solicitada, correrá por conta e risco do contratado, e será entregue de acordo com as necessidades do órgão requisitante, no Setor designado pela Secretaria de Educação e Cultura do Município de Jaguaribe.

16. DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO DO CONTRATO

16.1 Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento, inclusive a margem de lucro.

16.2 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

16.3 O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos produtos entregues.

16.3.1 O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

16.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.5 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.5.1 Não produziu os resultados acordados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE **JAGUARIBE**



16.5.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6 Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

16.7 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

16.8 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.9 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

16.10 Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério “pró-rata temporis” para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.

16.11 Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

16.12 Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

16.13 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, alínea d, da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

17. DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

17.2 A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

17.3 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

17.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18. DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 O Contratado que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do fornecimento, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de JAGUARIBE/CE e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município de JAGUARIBE/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

21. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) Recusar em celebrar o termo de contrato dela decorrente quando regularmente convocado;
- b) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Não manter a proposta;
- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da ordem de compra no endereço constante do cadastro de fornecedores ou do termo contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da entrega dos bens;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



III. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

18.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades do Município de JAGUARIBE /CE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do contratado(a) de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei nº. 10.520/02, as seguintes penas:

a) Advertência;

b) Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

18.3 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao tesouro municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

18.3.1 Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o contratado(a) fazer jus.

18.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do contratado(a), o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como dívida ativa do município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

18.4 O fornecedor beneficiário da ata terá o registro de seu preço cancelado quando:

18.4.1. Descumprir as condições do contrato.

18.4.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

18.4.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

18.4.5. Tiver presentes razões de interesse público.

18.5 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

18.5.1 No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



- a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa, advertência e cancelamento do registro do preço;
- b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de JAGUARIBE/CE e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de JAGUARIBE/CE.

18.5.2 Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano, ou prejuízo ao Município de JAGUARIBE/CE ou erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos licitatórios serão comunicados oficialmente e, devidamente instruído pela autoridade competente à Procuradoria Geral do Município de JAGUARIBE/CE para apuração.


18.6 Para aplicação das sanções previstas neste tópico o(a) contratado(a) será submetida a processo administrativo para apuração dos fatos, garantidos sempre os direitos prévios da citação, da ampla defesa e do contraditório, assegurados pela Constituição Federal de 1.988.

21. DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

19.1 A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

Jaguaribe/CE, 29 de março de 2021.


Francisco Elder Cavalcante Barroso
Secretário de Educação e Cultura



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA
MUNICÍPIO DE JAGUARIBE/ CE

COTAÇÃO DE PREÇO


Cotação de preços para formação do valor estimado visando futura contratação de Agricultores Familiares para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, para o Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	V. UNIT.
01	<i>Feljão de corda</i> – Grupo anão, classe cores, tipo 1, embalado em saco plástico de polietileno transparente, pacotes de 01kg, acondicionados em fardos de 30kg; data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	KG	8,00
02	<i>Jerimum Caboclo</i> – Tamanho médio, coloração uniforme, polpa firme, livre de sujidades, parasitas, larvas, resíduo de fertilizante;	KG	6,20
03	<i>Polpa de Frutas</i> – Congelada, selecionada, isenta de contaminação; embalagem de 1000g acondicionadas em saco plástico de polietileno de 1kg. Informar o valor nutricional. Constar a data de fabricação, prazo de validade de no mínimo 06 meses. Deve conter o número de inscrição do MAPA ou apresentação de um responsável técnico que ateste a adequação, apresente o Manual de Boas Práticas e a análise da água e a solicitação e o aguardo para a visita do técnico responsável do Ministério da Agricultura e Pecuária para aquisição do selo.	KG	11,34

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	V. UNIT.
04	<p>Filé de Peixe Tilápia – Congelado, sem espinha, isento de toda e qualquer evidência de decomposição, embalados em 1 kg, em camadas separadas por filmes plásticos, transparentes e atóxicos, acondicionados em embalagens lacradas, limpas e secas, não violadas, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, nº de lote, data de validade, quantidade do produto, com prazo de validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Deve conter o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F ou a apresentação de um responsável técnico do Município, que ateste a visita técnica, a central de beneficiamento apresente o Manual de Boas Práticas e a solicitação do aguardo da visita do técnico responsável do Ministério da Agricultura e Pecuária para aquisição do selo.</p>	KG	34,00
05	<p>Batata Doce – Branca/roxa, primeira qualidade, tamanho grandes ou médios, uniformes, inteiros, sem ferimentos ou defeitos, casca lisa e com brilho, sem corpos estranhos ou terra, aderidos à superfície externa.</p>	KG	5,00
06	<p>Banana prata – 1ª qualidade, tamanho médio (60g) em pencas, com grau de maturação que suporte manipulação, transporte e a conservação em condições adequadas até o consumo, acondicionadas em embalagem de 05 a 10 kg, em sacos de polietileno frestado, com etiqueta de pesagem.</p>	DUZIA	7,50
07	<p>Mamão formosa – Casca fina, lisa, íntegro e firme, sem manchas ou perfurações, com peso médio de 2kg, com grau de maturação adequado, isento de substância terrosa, sujidades, acondicionadas em sacos de polietileno frestados, com identificação do peso.</p>	KG	5,00
08	<p>Ovo de Galinha Caipira – Ovo de galinha caipira, tamanho padrão médio. De 1ª qualidade, higienizado, com boa aparência, sem manchas ou fragmentos e de colheita recente (novo). De 1ª qualidade, higienizado, com boa aparência, sem manchas ou fragmentos e de colheita recente (novo). Separadas em bandejas por filmes plásticos, transparentes e atóxicos, acondicionados em embalagens lacradas, limpas e secas, não violadas, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, nº de lote, data de validade. Deve conter o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.</p>	UNID	0,80

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	V. UNIT.
09	Mel de abelha - Não deve conter substâncias estranhas a sua composição normal, e nem ser adicionado de corretivos de acidez. Aspecto: líquido, denso, viscoso, translúcido, cheiro e sabor próprios. Deve conter o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.	SACHE	0,28
10	Cheiro Verde – contendo partes iguais de coentro e cebolinha, março de cor verde escuro, isenta de sinais de apodrecimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas	KG	15,42
11	Queijo Coalho - Fabricado com leite pasteurizado com teor de gordura na faixa de 3,2 a 3,4%, Cloreto de Cálcio solução 40 %: 40 ml para 100 litros de leite Coalho líquido, na dosagem de 25 a 30 ml para cada 100 litros de leite Salgado em salmoura. Fermento láctico mesofílico, dosagem de 1,5% sobre o volume de leite ou fermento para uso direto. Manipuladas em condições higiênicas satisfatórias. Embalagem íntegra de 500g, na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data da entrega. Deve conter o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.	KG	24,50
12	Frango Abatido - Resfriada e limpa. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da saúde, DIPOA nº. 304 de 22/04/96 e nº. 145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA nº. 105 de 19/05/99. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.	KG	18,23
13	Carne Bovina de 1ª sem osso - peso líquido de Kg, musculo, resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor: próprio, embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA nº. 304 de 22/04/96 e nº. 145 de 22/04/98, da Resolução. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.M.	KG	-

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	V. UNIT.
14	<p>Costela Bovina - Peso líquido de Kg, costela, resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor próprio, embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA nº. 304 de 22/04/96 e nº. 145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA nº. 105 de 19/05/99, da Lei Municipal/ Vigilância Sanitária n. 5504/99 e Resolução RCC n.13 de 02/01/2001. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.</p>	KG	-
15	<p>Carne de Carneiro in natura - Resfriado, com osso, limpa, no máximo 10% de gordura, igualmente distribuída pela peça, apresentando com vermelha brilhante, consistência firme e elástica, acondicionada e transportada em embalagens em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, contendo os carimbos oficiais. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.</p>	KG	23,50
16	<p>Carne Suína - Carne de 1ª qualidade, cortadas, congelado, com cor, cheiro e sabor próprios. Isenta de ossos e cartilagens. Acondicionada em filme PVC ou embalagens de plástico atóxico devidamente seladas, identificadas com data de manipulação e validade, pesando 1 kg. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.</p>	KG	24,50


Ivna Regina Silva de Andrade
 Coordenadora do PAA Jaguaribe/CE



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE

TERMO DE AUTUAÇÃO



PROCESSO Nº 05.04.01/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, DESTE MUNICÍPIO.

AUTUAÇÃO

Hoje, nesta cidade, na sala da Comissão de Licitação, autuo o processo que adiante se vê, do que, para constar, Eu, Michelle Maria Martins de Barros, Presidente da Comissão de Licitação, lavrei este termo.

Jaguaribe/CE, 05 de abril de 2021.

Michelle Maria Martins de Barros

Michelle Maria Martins de Barros
Presidente da Comissão de Licitação

Portaria Nº 031/2021, de 04 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre Nomeação da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Município de Jaguaribe, estado do Ceará, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE, Estado do Ceará, **ALEXANDRE GOMES DIÓGENES**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Magna Carta, Lei Orgânica do Município e demais legislações em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como membros que integrarão a Comissão Permanente de Licitação (CPL) da Prefeitura Municipal de Jaguaribe, Estado do Ceará, com a competência de desempenhar as funções de Comissão processante de licitações nas modalidades definidas pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os seguintes membros, cabendo a Presidência ao primeiro, e na sua ausência ou impedimento ao subsequente na ordem que se apresenta:

- I- Michelle Maria Martins de Barros, portadora de RG Nº 2003019086143 - SSP/CE e de CPF de Nº 039.724.493-90. Presidente da Comissão Permanente de Licitação;
- II- Delmira Lúcia Diógenes Pinheiro, brasileira, servidora pública efetiva matrícula funcional de Nº 010701-8, portadora de RG Nº 20182811985 - SSPDS/CE e de CPF de Nº 357.711.783-49. Membro da Comissão Permanente de Licitação;
- III- Maria Marlene Maia, brasileira, servidora pública efetiva matrícula funcional de Nº 010383-7, portadora de RG Nº 20170459297 - SSP/CE e de CPF de Nº 211.996.553-68. Membro da Comissão Permanente de Licitação;

Art. 2° - Nomear como suplente: I) Luciano Costa da Silva, portador do CPF de N° 004.192.993-43 e Matrícula Funcional de N° 120191-3, para integrar a Comissão Permanente de Licitação em caso de ausências.

Art. 3° - As decisões da Comissão Permanente de Licitação serão colegiadas, com quórum mínimo de três membros.

Art. 4° - A Comissão Permanente de Licitação será dotada de autonomia administrativa e atuará sem subordinação hierárquica no exercício de suas atividades-fim.

Art. 5° - São atribuições da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jaguaribe, mas não limitada a:

- a) Coordenar os processos de Licitação;
- b) Confeccionar minutas de Editais e Contratos, submetendo-as à apreciação e aprovação da Assessoria Jurídica;
- c) Definir e solicitar ao Departamento competente as publicações necessárias na forma da legislação vigente;
- d) Esclarecer as dúvidas sobre o Edital;
- e) Abrir o envelope com a documentação de habilitação, examinar os documentos, elaborar ata da reunião e emitir relatório de julgamento sobre a habilitação ou inabilitação;
- f) Processar e julgar a fase de habilitação das propostas;
- g) Abrir o envelope com a proposta comercial, examinar os documentos, elaborar ata da reunião e emitir relatório de julgamento sobre a classificação ou desclassificação;
- h) Habilitar, inabilitar, classificar ou desclassificar os participantes em desacordo com o edital;
- i) Julgar cos recursos eventualmente interpostos em 1ª instância;
- j) Requisitar parecer técnico e/ou jurídico, quando julgar necessário;
- k) Adotar outras providências que se fizerem necessárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



Parágrafo Único - As demais atribuições da Comissão Permanente de Licitação poderão ser delineadas através do Regimento.

Art. 6º - Exaurido o prazo recursal e julgados todos os recursos eventualmente interpostos, o resultado encontrado pela Comissão será levado à deliberação do ordenador de despesas para homologação e adjudicação, sem prejuízo das contingentes revogações ou anulações quando necessárias.

Art. 7º - Os membros da Comissão Permanente de Licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se a posição individual divergente estiver fundamentada e registrada em Ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão de acordo com o parágrafo 3º, artigo 51 da Lei nº 8.666/93.

Art. 8º - O mandato dos membros da Comissão Permanente de Licitação, aqui nomeados, será de 01 (um) ano, a contar da data da publicação desta Portaria, vedada a recondução de sua totalidade no período subsequente.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Jaguaribe - Ceará, 04 de janeiro de 2021.

Alex G D.
Alexandre Gomes Diógenes
Prefeito Municipal de Jaguaribe



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



Portaria N° 101/2021, de 10 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre substituição de membro da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Município de Jaguaribe, Estado do Ceará, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE, Estado do Ceará, **ALEXANDRE GOMES DIÓGENES**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Magna Carta, Lei Orgânica do Município e demais legislações em vigor.

CONSIDERANDO que a servidora pública municipal, por conta da Portaria 091.6/2021, que a nomeou para o cargo comissionado de assessor gerenciador da Folha de Pagamento dos Servidores da Administração Pública Municipal, o que, envolve dedicação exclusiva, ante a complexidade do encargo pela mesma, assumido;

CONSIDERANDO, por sua vez, que a CPL, também, é detentora de considerável responsabilidade e tempo de dedicação ao encargo do ofício,

RESOLVE:

Art. 1° - Substituir a servidora Delmira Lúcia Diógenes Pinheiro, brasileira, servidora pública efetiva matrícula funcional de N° 010701-8, portadora de RG N° 20182811985 - SSPDS/CE e de CPF de N° 357.711.783-49. Membro da Comissão Permanente de Licitação pelo servidor efetivo **FRANCISCO HERMISON DE QUEIROZ NUNES**, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, ocupante do cargo de agente administrativo, matrícula n° 110117-0.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

PALÁCIO DA INTENDÊNCIA, aos 10 de fevereiro de 2021.

Alex G D
ALEXANDRE GOMES DIÓGENES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



Portaria N° 124/2021, de 05 de abril de 2021.

Dispõe sobre substituição de membro da Comissão Permanente de Licitação (CPL), do Município de Jaguaribe, Estado do Ceará, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE, Estado do Ceará, **ALEXANDRE GOMES DIÓGENES**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Magna Carta, Lei Orgânica do Município e demais legislações em vigor.

CONSIDERANDO que a servidora pública municipal, por conta da nomeação para o cargo comissionado de Coordenador de Setor da Junta Militar;

CONSIDERANDO, por sua vez, que a CPL, também, é detentora de considerável responsabilidade e tempo de dedicação ao encargo do ofício,

RESOLVE:

Art. 1° - Substituir a servidora **MARIA MARLENE MAIA**, brasileira, servidora pública efetiva matrícula funcional N° 010383-7, portadora de RG N° 20170459297 - SSPDS/CE e de CPF de N° 211.996.553-68, nomeada como Membro da Comissão Permanente de Licitação (CPL), conforme Portaria n° 031/2021, de 04 de janeiro de 2021, pelo servidor efetivo **LUCIANO COSTA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, ocupante do cargo de agente administrativo, matrícula n° 120191-3.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

PALÁCIO DA INTENDÊNCIA, aos 05 de abril de 2021.

Alexandre Gomes Diógenes

ALEXANDRE GOMES DIÓGENES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE **JAGUARIBE**



EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05.04.01/2021

21. PREÂMBULO

21.1. Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.443.708/0001-66, através da Secretaria de Educação e Cultura, Fundo Municipal de Educação, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.625.199/0001-04, com sede à Avenida 08 de Novembro, 767, Centro, Jaguaribe, Ceará, neste ato representado pelo Secretário de Educação e Cultura, Sr. FRANCISCO ELDER CAVALCANTE BARROSO, no uso de suas prerrogativas legais e, considerando o disposto na Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, por meio da modalidade de compra institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com dispensa de Licitação com fulcro no art. 17 da Lei nº 12.512 de 14 de Outubro de 2011, Decreto nº 7.775 de 4 de Julho de 2012, na Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) nº 50, de 26 de Setembro de 2012, Instrução Normativa nº 2 de 29 de março e 2018 e demais legislações aplicáveis, vem realizar Chamamento Público para **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DESTE MUNICÍPIO**. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar o **Envelope nº 1** contendo a documentação para habilitação e o **Envelope nº 2** contendo Projeto de Venda, conforme as especificações contidas neste edital para cadastro, até o dia **04 de Maio de 2021** das **08:00 às 11:00 horas (HORÁRIO LOCAL)**, na sala da Comissão de recebimento e análise, localizada à Avenida 08 de Novembro, 767, Centro, Jaguaribe, Ceará (Secretaria de Educação e Cultura).

1.2. DOS ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – MODELO DO PROJETO DE VENDA;
ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO;
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO DE GÊNEROS DE PRODUÇÃO PRÓPRIA.

2. OBJETO

2.1. O objeto do presente Chamamento Público é a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, DE RESPONSABILIDADE DA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE **JAGUARIBE**



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, DESTE MUNICÍPIO, conforme especificações dos Gêneros Alimentícios constantes no **ANEXO I** deste edital, que possibilitarão o preparo dos Projetos de Venda.

3. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL

3.1. O presente Edital estará à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de JAGUARIBE, sito na sala de reunião da Secretaria de Planejamento e Gestão, na Av. Maria Nizinha Campelo, nº 341, Aldeota, no horário das 08:00 Hs até às 12:00 Hs, ou no sitio do **Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE)** www.tce.ce.gov.br.

3.1.1. Os pedidos de informações ou esclarecimentos relativos ao Edital, seus Modelos, Adendos e Anexos poderão ser solicitados, pelos interessados no Chamamento Público, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação ou, até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para a entrega dos envelopes contendo os documentos de habilitação e o projeto de venda.

3.1.2. Os pedidos de informações ou esclarecimentos de que trata o item anterior poderão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação através do e-mail: licitação@jaguaribe.ce.gov.br.

3.1.3. As respostas aos pedidos de informações ou esclarecimentos recebidos tempestivamente serão enviadas por escrito a todos os interessados na Chamamento Público, até 02 (Dois) dias úteis antes da abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e o Projeto de Venda, sem identificar os interessados que deram origem à consulta.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1- As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado, correrão por conta da dotação orçamentária nº: 05.07.12.306.0009.2.021 – Gerenciamento do Programa da Merenda Escolar – PNAE; elemento de despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo, com recurso diretamente arrecadados ou transferidos da PMJ, consignado no Orçamento Municipal de 2021.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da presente contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, através de Grupos Informais de Agricultores Familiares ou Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações. Os fornecedores serão Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais, detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP Física e/ou Jurídica, conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF,



PREFEITURA MUNICIPAL DE **JAGUARIBE**



organizados em grupos formais e/ou informais.

5.2. Não poderão participar da presente Contratação os Grupos Informais de Agricultores Familiares ou Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações que tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

6.1. Os interessados em participar da presente Chamamento Público deverão encaminhar os **Envelopes nº 01 – Documentos de Habilitação e nº 02 – Projeto de Venda** à Comissão de recebimento e análise, localizada à Avenida 08 de Novembro, 767, Centro, Jaguaribe, Ceará (Secretaria de Educação e Cultura), até o dia **04 de Maio de 2021** das **08:00 às 11:00 horas (HORÁRIO LOCAL)**. A abertura dos Envelopes nº 01 e nº 02 será efetuada no Setor.

6.2. O envelope nº 1 contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** deverá ser entregue fechado, indevassável, contendo na sua parte externa as seguintes informações:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05.04.01/2021
PROPONENTE: _____
ENDEREÇO: _____
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.3. O envelope nº 2 contendo o **PROJETO DE VENDA** deverá ser entregue fechado, indevassável, contendo na sua parte externa as seguintes informações:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº CP-001/2021 – SEDUC
PROPONENTE: _____
ENDEREÇO: _____
ENVELOPE Nº 02 – PROJETO DE VENDA

6.4. Os envelopes nº. 01 e nº. 02 deverão ser entregues diretamente pelos proponentes.

6.5. Após o recebimento dos envelopes nº 01 e 02, no Setor, nenhum documento poderá ser retirado ou adicionado até a abertura dos envelopes pela Comissão.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



7.1. No Processo de Habilitação, do **Fornecedor Individual (não organizado em grupo)** deverão entregar dentro do **ENVELOPE Nº 01** os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

- I – Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e RG;
- II – Cópia da DAP Física do agricultor familiar participante;
- III – Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de JAGUARIBE (ANEXO IV).
- IV – Declaração de atendimento de requisitos previstos na lei específica, quando for o caso; e
- V – Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada de acordo com o Projeto de Venda a ser apresentado.

7.2. No Processo de Habilitação, os **Grupos Informais de Agricultores Familiares** deverão entregar dentro do **ENVELOPE Nº 01** os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

- I – Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e RG;
- II – Cópia da DAP Física de cada agricultor familiar participante;
- III – Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de JAGUARIBE (ANEXO IV).
- IV – Declaração de atendimento de requisitos previstos na lei específica, quando for o caso; e
- V – Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada de acordo com o Projeto de Venda a ser apresentado.

7.3. No processo de habilitação, os **Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações** deverão entregar dentro do **ENVELOPE Nº 01** os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

- I – Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II – Cópia da DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- III – Prova de Regularidade de Situação perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.
- IV – Prova de situação regular fiscal perante a Fazenda Nacional (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DIVIDA ATIVA DA UNIÃO), alterada pela portaria conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014; encontrada no site: portconjuntaRFBPGFN18212014.htm.
- V – Cópias do Estatuto e Ata de Posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente, acompanhada de cópia do RG e CPF do responsável pela mesma;
- VI – Declaração de atendimento de requisitos previstos na lei específica, quando for o caso;
- VII – Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção dos associados/cooperados, relacionada de acordo com o Projeto de Venda a ser apresentado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



VIII – Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda dos seus cooperados/associados.

7.3. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope n.º 1) poderão ser apresentados em original ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração Pública, mediante o Original.

7.4. Todos os documentos exigidos deverão estar dentro de seus prazos de validade, inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final para a entrega dos envelopes, salvo disposição contrária específica em lei.

8. PROJETO DE VENDA

8.1. A organização de agricultores familiares, deverão apresentar no **ENVELOPE n.º 2**, numa **ÚNICA VIA**, o **PROJETO DE VENDA**, que deverá ser elaborado de acordo com o Modelo apresentado no **ANEXO II**.

8.2. Poderá ser cotada quantidade parcial por item, de acordo com a disponibilidade de fornecimento do participante e o limite individual de venda da organização de agricultores familiares para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de **RS 20.000,00 (Vinte mil reais)**, por DAP/ano, conforme a nova redação do Art. 24 da Resolução CD/FNDE n.º 38/2009 alterada pelo Art. 32 da Resolução CD/FNDE n.º 4/2015 de 02/01/2015.

8.3. O **PROJETO DE VENDA** deverá apresentar a descrição detalhada do objeto desta CHAMAMENTO PÚBLICO, em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I, a descrição deve ser firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado GLOBAL.

8.4. O Preço de Referência será de acordo com a Tabela de Preços fornecido pela CEASA (Central de Abastecimento do Ceará S/A).

8.5. Devem constar no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CNPJ, DAP JURÍDICA e endereço da organização de agricultores familiares.

Parágrafo Único: Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos (HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE VENDA) constatada na abertura dos envelopes, poderá ser concedido abertura de prazo de 05 (cinco) dias úteis, para regularização, conforme análise da Comissão Julgadora.

9. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO





PREFEITURA MUNICIPAL DE **JAGUARIBE**



9.1. Os documentos de habilitação e os projetos de venda apresentados pelos interessados serão analisados pela Comissão de Licitações do Município de JAGUARIBE.

9.2. Os **Envelopes nº 01** contendo os documentos de habilitação e **nº 02** contendo o Projeto de Venda serão levados e abertos no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de JAGUARIBE, localizada na sala de reunião da Secretaria de Planejamento e Gestão, na Av. Maria Nizinha Campelo, nº 341, Aldeota, na data e horário designados.

9.3. Na sessão de abertura dos envelopes os interessados poderão ser representados por outras pessoas através da apresentação de procuração por instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar o interessado em todas as etapas/fases da **CHAMAMENTO PÚBLICO**, negociar a redução de preços, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes a presente contratação.

9.4. Os documentos de habilitação e os projetos de venda apresentados serão analisados em uma única etapa, pela Comissão de Licitação e Conselheiros do Conselho de Alimentação Escolar, que se fizer presente à sessão, que verificará a conformidade da documentação e dos projetos de venda apresentados em relação aos requisitos fixados no presente Edital e na legislação vigente.

9.5. O critério de aceitabilidade dos projetos de venda ofertados será o de compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas e com respeito aos preços fixados, conforme o ANEXO I.

9.7. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção, sendo elas:

- I – Agricultores familiares do município;
- II – Comunidades tradicionais quilombolas ou indígenas;
- III- Assentamentos de reforma agrária;
- IV – Grupo de mulheres;
- V – Produção agroecológica ou orgânica.

10. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

10.1. Das Decisões proferidas, decorrentes da Presente CHAMAMENTO PÚBLICO, caberá recurso à autoridade superior no prazo de 05 (Cinco) dias uteis, e contrarrazões no mesmo prazo, conforme Art. 109 da Lei nº. 8.666/93.

11. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE **JAGUARIBE**



11.1. Após a aprovação da Comissão de Licitações com relação ao Projeto de Venda e aos documentos de habilitação, o proponente classificado deverá como condição para a contratação, apresentar amostra do produto na sede da Secretaria de Educação e Cultura, localizada à Avenida 08 de Novembro, 767, Centro, Jaguaribe, Ceará (Secretaria de Educação e Cultura), em até **02 (Dois) dias uteis após a divulgação do resultado da classificação das propostas.**

11.2. As amostras serão submetidas a análises técnicas e sensoriais, conforme as especificidades de cada produto, sendo realizadas e coordenadas pela nutricionista responsável e/ou pelo Conselho de Alimentação Escolar, deste Município, observando-se a legislação pertinente.

11.3. Os produtos alimentícios a serem adquiridos para a clientela do PNAE deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais órgãos fiscalizadores.

11.4. O resultado da análise do resultado da aceitabilidade das amostras será publicado em meio oficial da Prefeitura Municipal de Jaguaribe em no máximo 05 (cinco) dias após a entrega.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, e pelas disposições constantes na Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, por meio da modalidade de compra institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com dispensa de Licitação com fulcro no art. 17 da Lei nº 12.512 de 14 de Outubro de 2011, Decreto nº 7.775 de 04 de Julho de 2012, na Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) nº 50, de 26 de Setembro de 2012, Instrução Normativa nº 2 de 29 de março e 2018 e demais legislações aplicáveis.

12.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

12.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

12.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

13- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1- Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Chamamento Público e no Termo Contratual;

13.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste chamamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



13.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

13.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

13.5 – Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

13.6 – Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.7 – Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.

13.8 – Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.

13.9 – Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.

13.10 – Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo imediato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

14. CONTRATAÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. Após a aprovação das amostras e resolução de possíveis recursos administrativos, para efetivar a contratação desta CHAMAMENTO PÚBLICO a Prefeitura do Município de JAGUARIBE, prosseguirá com os atos para formalizar a **aquisição através do processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art. 17 da Lei 12.512/2011** e com as resoluções do FNDE citadas neste instrumento, respeitando a ordem de classificação.

14.2. O fornecimento dos gêneros alimentícios será autorizado após a assinatura e publicação do contrato, sendo assim, após a notificação os proponentes selecionados terão o prazo de 05



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



(cinco) dias úteis para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Jaguaribe na sala da Comissão de Licitação, para assinar o contrato.

14.3. O prazo acima estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pelo proponente selecionado, durante o seu transcurso e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.4. Não sendo assinado o contrato, poderá o órgão credenciador convocar a(s) outra(s) proponente(s) classificada(s), sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente.

14.5. A entrega dos produtos descritos neste edital serão em conformidade com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação observando os cronogramas constantes nos anexos deste edital.

14.6. Os cronogramas de entrega dos produtos poderão ser readequados de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação em concordância com os proponentes contratados, sendo registradas todas as mudanças em anexo aos contratos.

14.7. Os Contratos firmados terão a vigência de até **31 de Dezembro de 2021**, podendo ser aditivado nos casos e formas previstos no art. 57 e incisos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

15. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O(s) objeto(s) desta **CHAMAMENTO PÚBLICO** será(ão) entregue(s) em perfeita(s) condição(ões) de consumo, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência do contrato, sem qualquer despesa adicional.

15.2. O(s) objeto(s) desta **CHAMAMENTO PÚBLICO** serão entregue(s) e recebido(s) provisoriamente no âmbito estabelecido neste Edital e Anexos, levando em consideração o contrato para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo, observado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas corridos de sua entrega.

15.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do(s) contratado(s), nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento do contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e Contrato dele decorrentes.

15.4. Os produtos deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela SECRETARIA REQUISITANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias, a partir da solicitação, de acordo com o cronograma previsto no contrato e levando em consideração o horário normal de expediente dos locais indicados para recebimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



15.5. Serão rejeitados no recebimento os produtos que apresentarem sinais de deterioração ou embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do produto.

15.6. A entrega do objeto, quando solicitada, correrá por conta e risco do contratado, e será entregue de acordo com as necessidades do órgão requisitante, no Setor designado pela Secretaria de Educação e Cultura do Município de Jaguaribe.

16. DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO DO CONTRATO

16.1. Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento, inclusive a margem de lucro.

16.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

16.3. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos produtos entregues.

16.3.1. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.5.1. Não produziu os resultados acordados;

16.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE **JAGUARIBE**



16.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

16.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.9. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

16.10 – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério “pró-rata temporis” para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.

16.11 – Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

16.12- Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

16.13 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, alínea d, da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

17. DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1- A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

17.2 – A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



17.3 – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

17.4 – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18. DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O Contratado que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do fornecimento, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de JAGUARIBE/CE e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município de JAGUARIBE/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

21. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) Recusar em celebrar o termo de contrato dela decorrente quando regularmente convocado;
- b) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Não manter a proposta;
- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da ordem de compra no endereço constante do cadastro de fornecedores ou do termo contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da entrega dos bens;

III. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

18.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades do Município de JAGUARIBE /CE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



por parte do contratado(a) de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei nº. 10.520/02, as seguintes penas:

a) Advertência;

b) Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

18.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao tesouro municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

18.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o contratado(a) fazer jus.

18.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do contratado(a), o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como dívida ativa do município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

21.1. O fornecedor beneficiário da ata terá o registro de seu preço cancelado quando:

18.4.1 Descumprir as condições do contrato.

21.1.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

21.1.2 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

18.4.4 Tiver presentes razões de interesse público.

21.1. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

18.5.1. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa, advertência e cancelamento do registro do preço;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de JAGUARIBE/CE e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de JAGUARIBE/CE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



18.5.2. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano, ou prejuízo ao Município de JAGUARIBE/CE ou erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos licitatórios serão comunicados oficialmente e, devidamente instruído pela autoridade competente à Procuradoria Geral do Município de JAGUARIBE/CE para apuração.

21.1 – Para aplicação das sanções previstas neste tópico o(a) contratado(a) será submetida a processo administrativo para apuração dos fatos, garantidos sempre os direitos prévios da citação, da ampla defesa e do contraditório, assegurados pela Constituição Federal de 1.988.

21. DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

19.1 – A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A participação do proponente a presente Chamamento Público, pressupõe a aceitação pelo mesmo, das condições estipuladas deste Edital.

20.2. Caso o proponente selecionado não proceda à assinatura do contrato no prazo previsto após a notificação pela Prefeitura, decairá direito de preferência à contratação, além de se sujeitar as demais sanções pertinentes.

20.3. O início das entregas dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da ordem de compra, expedida pela Divisão de Compras da Prefeitura de JAGUARIBE em concordância com os prazos estabelecidos nos cronogramas fixados.

20.4. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta CHAMAMENTO PÚBLICO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou entidade.

20.5. Não havendo expediente no órgão credenciador ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização da abertura dos envelopes na data marcada, a sessão será



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE



automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação oficial da PREFEITURA em sentido contrário.

20.6. É facultada à Autoridade Competente, em qualquer fase deste chamamento público, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.7. O(A) Contratado(a) ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade deste credenciamento, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução dos serviços contratados, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade deste chamamento.

20.8. É vedado ao servidor dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, inclusive Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, participar como proponente, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, do presente processo de chamamento público;

20.9. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos deste credenciamento e não será devolvida ao credenciado;

20.10. Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente chamamento público, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados;

20.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização de sessão pública da CHAMAMENTO PÚBLICO.

20.12. As proponentes assumem os custos para a preparação e apresentação de suas propostas, sendo que o órgão credenciador não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por estas despesas, independentemente da condução ou do resultado da CHAMAMENTO PÚBLICO.

20.13. OS CONTRATADOS obrigam-se a manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital da Chamamento Público.

20.14. O Contrato decorrente da presente CHAMAMENTO PÚBLICO não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da Administração Pública Municipal.

20.15. Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



20.16. Cópias do Edital e anexos serão fornecidas na sala da Comissão de Licitação, no horário de expediente desta Prefeitura, ou através do site: www.tcc.ce.gov.br.

21 – DO FORO

21.1- Fica eleito o foro da Comarca de JAGUARIBE, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jaguaribe, 13 de Abril de 2021.


Francisco Elder Cavalcante Barroso
Secretário de Educação e Cultura



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



ANEXO I

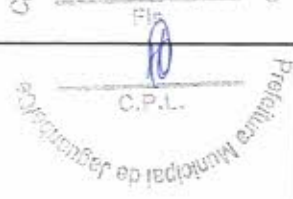


PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA
MUNICÍPIO DE JAGUARIBE/ CE

COTAÇÃO DE PREÇO

Cotação de preços para formação do valor estimado visando futura contratação de Agricultores Familiares para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, para o Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE


ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	V. UNIT.
01	<i>Feijão de corda</i> – Grupo anão, classe cores, tipo 1, embalado em saco plástico de polietileno transparente, pacotes de 01kg, acondicionados em fardos de 30kg; data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	KG	8,00
02	<i>Jerimum Caboclo</i> – Tamanho médio, coloração uniforme, polpa firme, livre de sujidades, parasitas, larvas, resíduo de fertilizante;	KG	6,20
03	<i>Polpa de Frutas</i> – Congelada, selecionada, isenta de contaminação; embalagem de 1000g acondicionadas em saco plástico de polietileno de 1kg. Informar o valor nutricional. Constar a data de fabricação, prazo de validade de no mínimo 06 meses. Deve conter o número de inscrição do MAPA ou apresentação de um responsável técnico que ateste a adequação, apresente o Manual de Boas Práticas e a análise da água e a solicitação e o aguardo para a visita do técnico responsável do Ministério da Agricultura e Pecuária para aquisição do selo.	KG	11,34



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	V. UNIT.
04	<p>Filé de Peixe Tilápia – Congelado, sem espinha, isento de toda e qualquer evidência de decomposição, embalados em 1 kg, em camadas separadas por filmes plásticos, transparentes e atóxicos, acondicionados em embalagens lacradas, limpas e secas, não violadas, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, nº de lote, data de validade, quantidade do produto, com prazo de validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Deve conter o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F ou a apresentação de um responsável técnico do Município, que ateste a visita técnica, a central de beneficiamento apresente o Manual de Boas Práticas e a solicitação do aguardo da visita do técnico responsável do Ministério da Agricultura e Pecuária para aquisição do selo.</p>	KG	34,00
05	<p>Batata Doce – Branca/roxa, primeira qualidade, tamanho grandes ou médios, uniformes, inteiros, sem ferimentos ou defeitos, casca lisa e com brilho, sem corpos estranhos ou terra, aderidos à superfície externa.</p>	KG	5,00
06	<p>Banana prata – 1ª qualidade, tamanho médio (60g) em pencas, com grau de maturação que suporte manipulação, transporte e a conservação em condições adequadas até o consumo, acondicionadas em embalagem de 05 a 10 kg, em sacos de polietileno frestado, com etiqueta de pesagem.</p>	DUZIA	7,50
07	<p>Mamão formosa – Casca fina, lisa, íntegro e firme, sem manchas ou perfurações, com peso médio de 2kg, com grau de maturação adequado, isento de substância terrosa, sujidades, acondicionadas em sacos de polietileno frestados, com identificação do peso.</p>	KG	5,00
08	<p>Ovo de Galinha Caipira – Ovo de galinha caipira, tamanho padrão médio. De 1ª qualidade, higienizado, com boa aparência, sem manchas ou fragmentos e de colheita recente (novo). De 1ª qualidade, higienizado, com boa aparência, sem manchas ou fragmentos e de colheita recente (novo). Separadas em bandejas por filmes plásticos, transparentes e atóxicos, acondicionados em embalagens lacradas, limpas e secas, não violadas, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Deverá constar na embalagem dados de identificação, procedência, informações nutricionais, nº de lote, data de validade. Deve conter o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.</p>	UNID	0,80

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	V. UNIT.
09	Mel de abelha - Não deve conter substâncias estranhas a sua composição normal, e nem ser adicionado de corretivos de acidez. Aspecto: líquido, denso, viscoso, translúcido, cheiro e sabor próprios. Deve conter o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.	SACHE	0,28
10	Cheiro Verde – contendo partes iguais de coentro e cebolinha, março de cor verde escuro, isenta de sinais de apodrecimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas	KG	15,42
11	Queijo Coalho - Fabricado com leite pasteurizado com teor de gordura na faixa de 3,2 a 3,4%, Cloreto de Cálcio solução 40 %: 40 ml para 100 litros de leite Coalho líquido, na dosagem de 25 a 30 ml para cada 100 litros de leite Salgado em salmoura. Fermento láctico mesofílico, dosagem de 1,5% sobre o volume de leite ou fermento para uso direto. Manipuladas em condições higiênicas satisfatórias. Embalagem íntegra de 500g, na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data da entrega. Deve conter o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.	KG	24,50
12	Frango Abatido - Resfriada e limpa. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da saúde, DIPOA nº. 304 de 22/04/96 e nº. 145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA nº. 105 de 19/05/99. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.	KG	18,23
13	Carne Bovina de 1ª sem osso - peso líquido de Kg, musculo, resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor: próprio, embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA nº. 304 de 22/04/96 e nº. 145 de 22/04/98, da Resolução. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.M.	KG	-

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	V. UNIT.
14	<p>Costela Bovina - Peso líquido de Kg, costela, resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor próprio, embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA nº. 304 de 22/04/96 e nº. 145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA nº. 105 de 19/05/99, da Lei Municipal/ Vigilância Sanitária n. 5504/99 e Resolução RCC n.13 de 02/01/2001. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.</p>	KG	-
15	<p>Carne de Carneiro in natura - Resfriado, com osso, limpa, no máximo 10% de gordura, igualmente distribuída pela peça, apresentando com vermelha brilhante, consistência firme e elástica, acondicionada e transportada em embalagens em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, contendo os carimbos oficiais. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.</p>	KG	23,50
16	<p>Carne Suína - Carne de 1ª qualidade, cortadas, congelado, com cor, cheiro e sabor próprios. Isenta de ossos e cartilagens. Acondicionada em filme PVC ou embalagens de plástico atóxico devidamente seladas, identificadas com data de manipulação e validade, pesando 1 kg. Deve constar o número de inscrição do S.I.M, S.I.E ou S.I.F.</p>	KG	24,50


Ivna Regina Silva de Andrade
 Coordenadora do PAA Jaguaribe/CE



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE

ANEXO II

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05.04.01/2021

MODELO DO PROJETO DE VENDA



PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
Projeto para atendimento da CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05.04.01/2021				
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES				
A – Grupo Formal				
1. Nome do Proponente			2. CNPJ	
3. Endereço		4. Município		5. CEP
6. Nome do representante legal		7. CPF	8. DDD/Fone	
9. Banco	10. Nº da Agência		11. Nº da Conta Corrente	
B – Grupo Informal				
1. Nome do proponente				
2. Endereço		3. Município		4. CEP
5. NOME DA ENTIDADE ARTICULADORA	6. CPF:		7. DDD/Fone	
C – FORNECEDORES PARTICIPANTES (GRUPO FORMAL E INFORMAL)				
1. Nome	2. CPF	3. DAP	4. Banco e nº da Agência	5. Nº da Conta Corrente
1				
2				
3				
II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC				
1. Nome da Entidade		2. CNPJ		3. Município





PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



4. Endereço	5.DDD/Fone
-------------	------------

6. Nome do representante e e-mail	7.CPF
-----------------------------------	-------

III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

De acordo com a nova redação do art. 24 da Resolução 38 do FNDE/2009 alterada pelo art. 2º da Resolução 25 do FNDE/2012, o limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP por ano civil.

	1. Identificação do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidad e	4.Quantidade	5.Preço/ Unidade	6.Valor Total
1	Nome					
	Nº DAP					Total agricultor
2	Nome					
	Nº DAP					Total agricultor
3	Nome					
	Nº DAP					Total agricultor
4	Nome					
	Nº DAP					Total agricultor
5	Nome					
	Nº DAP					Total agricultor
6	Nome					
	Nº DAP					Total agricultor
7	Nome					
	Nº DAP					Total agricultor
Total do projeto						



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05.04.01/2021

CONTRATO Nº. _____.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE, ATRAVÉS DA _____, E DO OUTRO LADO _____, QUE ASSIM PARA O FIM QUE A SEGUIR DECLARAM:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE, através da Secretaria de Educação e Cultura, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua _____, n.º _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, representada neste ato pelo (a) Secretário (a) Municipal, o (a) Sr. (a) _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado _____ (nome do grupo formal) com sede à _____, n.º _____, em _____/UF, inscrita no CNPJ sob n.º _____, ou fornecedores do grupo informal (nomear todos e n.º CPF), doravante denominado (a) **CONTRATADO (A)**, fundamentados nas disposições Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamamento Público n.º _____ e Processo de Dispensa de Licitação n.º _____, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1 É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, DESTE MUNICÍPIO, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamamento Público n.º _____ e Dispensa de Licitação n.º _____, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.





PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1 O limite individual de venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até **R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais)** por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

4.1 OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

5.1 O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou o final do contrato.

5.2 A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a **CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 05.04.01/2021**.

5.3 O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

CLÁUSULA SEXTA:

6.1 Fornecedor Individual: Pelo fornecimento dos Gêneros Alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o Valor Total de R\$ _____ (_____).

6.2 Grupo Formal: Pelo fornecimento dos Gêneros Alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o Valor Total de R\$ _____ (_____).

6.3 Grupo Informal: Pelo fornecimento dos Gêneros Alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, cada CONTRATADO (A) receberá o Valor ____ (descrever todos os contratados e os respectivos valores de venda), totalizando ____ (valor total do projeto de venda), **(INSERIR PLANILHA DE PREÇOS)**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1 No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária n°: _____ - _____; elemento de despesa n°: **3.3.90.30.00** - Material de Consumo, sub elemento de despesa: _____; com recursos diretamente arrecadados ou transferidos da PMJ, consignado no orçamento Municipal de 2021.

CLÁUSULA NONA:

9.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

9.2 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

10.1 O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

11.1 Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

12.1 O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE **JAGUARIBE**



13.1 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

14.1 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

15.1 O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

15.2 Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

15.3 Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

15.4 Fiscalizar a execução do contrato;

15.5 Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

15.6 Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

16.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

17.1 O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamamento Público n.º _____, pela Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009, pela Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, pela Resolução n.º 26 de 17/06/2013 e pela Resolução n.º 4 de 02 de Abril de 2015, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

19.1 As Comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fac-simile ou e-mail, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

20.1 Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Nona, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

20.1.1 Por acordo entre as partes;

20.1.2 Pela inobservância de qualquer de suas condições;

20.1.3 Qualquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

21.1 O prazo de vigência do contrato será até _____, podendo ser aditivado nos casos previstos no art. 57 e incisos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

22.1 É competente o Foro da Comarca de JAGUARIBE, Estado do Ceará para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

22.2 E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Jaguaribe/CE, ____ de _____ de 20__.

Francisco Elder Cavalcante Barroso
Secretário de Educação e Cultura

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. _____

Nome:

CPF/MF:

02. _____

Nome:

CPF/MF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE

ANEXO IV

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05.04.01/2021

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O
MUNICÍPIO DE JAGUARIBE (PARTICIPANTE DO GRUPO INFORMAL).**

(Associação/Cooperativa e ou Agricultor) _____, inscrita no CNPJ/CPF n.º
_____, com sede/residência _____, declaro para os devidos
fins que não tem/tenho **nenhum vínculo empregatício de nenhuma natureza**, com a
Prefeitura Municipal de JAGUARIBE.

_____, ____ de ____ de 20 ____

(assinatura, nome e número da identidade do declarante)





PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE



ANEXO V

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05.04.01/2021

(Associação/Cooperativa e ou Agricultor) _____, inscrita no CNPJ/CPF n.º _____, com sede/residência _____, declara, sob as penas da lei, que atenderá às exigências do Edital de Chamamento Público n.º _____.

_____, _____ de _____ de 20__

_____, _____ de _____ de 20__.

(assinatura, nome e número da identidade do declarante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE

ANEXO VI

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05.04.01/2021



(Associação/Cooperativa e ou Agricultor) _____, inscrita no CNPJ/CPF n.º _____, com sede/residência _____, declaro que os gêneros alimentícios referente à Chamamento Público n.º _____, a serem entregues são oriundos de produção dos associados/cooperados, relacionada de acordo com o Projeto de Venda a ser apresentado, junto à Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de JAGUARIBE

_____, ____ de ____ de 20__.

(assinatura, nome e número da identidade do declarante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JAGUARIBE

DESPACHO AO SETOR JURÍDICO



Senhor(a) Assessor Jurídico(a) do Município,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, o **Processo n.º 05.04.01/2021**, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, DESTE MUNICÍPIO, para exame e aprovação das minutas do Chamamento Público e seus anexos, nos termos do parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Jaguaribe - CE, 13 de abril de 2021.

Francisco Elder Cavalcante Barroso
Secretário de Educação e Cultura

Portaria Interna N° 006/2021, de 10 de março de 2021.

Designar assessoria jurídica para análise e emissão de parecer nos Processos licitatórios do Município de Jaguaribe e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, **ALEXANDRE GOMES DIÓGENES** e a Secretária Municipal de Planejamento e Gestão (SEPLAG), **IVONETE SALDANHA DA SILVA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVEM:

Art. 1° Designar os advogados abaixo indicados, para fins de análise e emissão de parecer nos processos licitatórios a serem instaurados pelo Município de Jaguaribe – Administração Pública Municipal:

FRANCISCO DOMINGOS ACIOLY GUEDES VIEIRA, brasileiro, solteiro, RG 2004019140073 SSPDS/CE, CPF 038.541.803-57, OAB n° 37261;

FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO, brasileiro, casado, advogado, OAB/CE 7838, CPF 259.581.003/00;

PEDRO ALBERNAM CRESCÊNCIO DANTAS, brasileiro, casado, advogado. OAB/CE 9274, CPF 321.113.803-00.

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Palácio da Intendência, 10 de março de 2021.

Alexandre Gomes Diógenes
ALEXANDRE GOMES DIÓGENES
Prefeito Municipal

Ivone Saldaña da Silva
IVONETE SALDANHA DA SILVA
Secretária Municipal de Planejamento e Gestão (SEPLAG)



Jaguaribe, 14 de abril de 2021

Edição Nº: 3480

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 05.04.01/2021 – SEDUC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, DESTA MUNICÍPIO, nas condições estabelecidas no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 05.04.01/2021

CREDCIAMENTO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: até o dia 04 de Maio de 2021 das 08:00 às 11:00 horas (HORÁRIO LOCAL). LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Avenida 08 de Novembro, 767, Centro, Jaguaribe, Ceará (Secretaria de Educação e Cultura). INFORMAÇÕES: Telefone: (088) - 3522 1373, Jaguaribe, 14 de Abril de 2021. Michelle Maria Martins de Barros - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

*** ** *

CONTRATO Nº: 20217021 ORIGEM: TOMADA DE PREÇOS Nº 2021022601-TP CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SETOR DE COTAÇÃO CONTRATADA (O): SOLUTIONS CONTABILIDADE EIRELI OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA JUNTO AO SETOR RH COM ÊNFASE NA FOLHA DE PAGAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE DE JAGUARIBE/CE. VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2021 Atividade 1201.175120033.2.109 Func. dos Serviços de Operação e Manut. da Rede de Abastec. de Água e Esgoto, Classificação econômica 3.3.90.35.00 Serviços de consultoria, Subelemento 3.3.90.35.99, no valor de R\$ 30.000,00 VIGÊNCIA: 14 de Abril de 2021 a 31 de Dezembro de 2021 DATA DA ASSINATURA: 14 de Abril de 2021.

*** ** *

Estado do Ceará SERVIÇOS AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOSAAE – Jaguaribe – Ceará Serviço Público Municipal Portaria de Viagem Nº - 058/2021 O Ordenador (a) de despesa do (a), Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Portaria 016/2021 de 04 de janeiro de 2021. Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem/deslocamento com o seguinte objetivo: REALIZAR COLETA PARA ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICO E BACTERIOLÓGICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO SÍTIO CAJAZEIRAS NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE- CE. RESOLVE DESIGNAR FRANCISCO HELTON DE QUEIROS NUNES, para efetuar a viagem/deslocamento a supra identificada e autorizar a tesouraria do (a), Serviço Autônomo de água e Esgoto-SAAE, a efetuar o pagamento de 1,0 Diária (s), valor unitário de R\$ 28,00 (Vinte e oito reais-) totalizando R\$ 28,00 (Vinte e oito reais-) para viagem/deslocamento a se realizar no período de 14/04/2021 a 14/04/2021 REGISTRE-SE COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE. Paço do Governo Municipal de (a) Jaguaribe, em 14 de Abril de 2021. FRANCISCO TADEU BARRETO PINHEIRO Ordenador

*** ** *

Estado do Ceará SERVIÇOS AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOSAAE – Jaguaribe – Ceará Serviço Público Municipal Portaria de Viagem Nº - 059/2021 O Ordenador (a) de despesa do (a), Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Portaria 016/2021 de 04 de janeiro de 2021. Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem/deslocamento com o seguinte objetivo: MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SÍTIO CAFÉ DOS OVOS, MUNICÍPIO DE JAGUARIBE-CE. RESOLVE DESIGNAR FRANCISCO ELIDENES DA SILVA, para efetuar a viagem/deslocamento a supra identificada e autorizar a tesouraria do (a), Serviço Autônomo de água e Esgoto-SAAE, a efetuar o pagamento de 1,0 Diária (s), valor unitário de R\$ 28,00 (Vinte e oito reais-) totalizando R\$ 28,00 (Vinte e oito reais-) para viagem/deslocamento a se realizar no período de 14/04/2021 a 14/04/2021 REGISTRE-SE COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE. Paço do Governo Municipal de (a) Jaguaribe, em 14 de Abril de 2021. FRANCISCO TADEU BARRETO PINHEIRO Ordenador

*** ** *

Estado do Ceará SERVIÇOS AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOSAAE – Jaguaribe – Ceará Serviço Público Municipal Portaria de Viagem Nº - 060/2021 O Ordenador (a) de despesa do (a), Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Portaria 016/2021 de 04 de janeiro de 2021. Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem/deslocamento com o seguinte objetivo: MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SÍTIO CAFÉ DOS OVOS, MUNICÍPIO DE JAGUARIBE-CE. RESOLVE DESIGNAR RAIMUNDO ITALO SILVA BENTO, para efetuar a viagem/deslocamento a supra identificada e autorizar a tesouraria do (a), Serviço Autônomo de água e Esgoto-SAAE, a efetuar o pagamento de 1,0 Diária (s), valor unitário de R\$ 28,00 (Vinte e oito

reais-) totalizando R\$ 28,00 (Vinte e oito reais-) para viagem/deslocamento a se realizar no período de 14/04/2021 a 14/04/2021 REGISTRE-SE COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE. Paço do Governo Municipal de (a) Jaguaribe, em 14 de Abril de 2021. FRANCISCO TADEU BARRETO PINHEIRO Ordenador

*** ** *

Estado do Ceará SERVIÇOS AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO Serviço Público Municipal Portaria de Viagem Nº - 061/2021 O Ordenador (a) de despesa do (a), Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Portaria 016/2021 de 04 de janeiro de 2021. Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem/deslocamento com o seguinte objetivo: MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SÍTIO CAFÉ DOS OVOS, MUNICÍPIO DE JAGUARIBE-CE. RESOLVE DESIGNAR FRANCISCO WILTON PINHEIRO, para efetuar a viagem/deslocamento a supra identificada e autorizar a tesouraria do (a), Serviço Autônomo de água e Esgoto-SAAE, a efetuar o pagamento de 1,0 Diária (s), valor unitário de R\$ 28,00 (Vinte e oito reais-) totalizando R\$ 28,00 (Vinte e oito reais-) para viagem/deslocamento a se realizar no período de 14/04/2021 a 14/04/2021 REGISTRE-SE COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE. Paço do Governo Municipal de (a) Jaguaribe, em 14 de Abril de 2021. FRANCISCO TADEU BARRETO PINHEIRO Ordenador

*** ** *



ECONOMIA



Combustíveis: o que vem (ou não) por aí

A possibilidade de que uma parte dos recursos levantados com o leilão de duas áreas do excedente da cotação onerosa - que poderiam somar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões - seja destinada a um fundo para amortecer variações dos preços dos combustíveis, é considerada pela equipe econômica do Governo. Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, esse fundo seria usado em tempos de alta nos preços do petróleo, suavizando o repasse de valores para as bombas nos postos, uma grande preocupação do presidente Jair Bolsonaro, especialmente quando sobem as cotações do diesel e os caminhões reclamam.

Acontece que, com o mecanismo, possivelmente a Petrobras e outros agentes teriam de ser compensados pelo fundo por não repassar a totalidade dos preços, recebendo subsídios do governo para não incorrerem em perdas. Os recursos viriam do leilão dos blocos de petróleo e gás natural de Séptima e Atapu, no pré-sal da Bacia de Santos, que o Governo quer realizar ao final deste ano. O sistema funcionaria como um 'colchão' para os momentos de instabilidade dos preços dos combustíveis, ao fornecer subsídios para os agentes, e potencialmente (graças da Petrobras) o peso de ser responsabilizada por altas de combustíveis. Detalhe: em 2018 tivemos mesmo semelhante foi usado diante da greve dos caminhoneiros, com bilhões de reais destinados à estatal e outros agentes, vindos dos cofres públicos. Resta saber quem aposta nesse custo.

Retorno das vendas ainda é lento no comércio da Capital

Apesar do grande movimento de pessoas pelas ruas do Centro, os lojistas ainda estão longe de recuperar as perdas com o lockdown

Na última segunda-feira (12), o comércio de rua e de shoppings voltou a abrir ao público em Fortaleza, após praticamente um mês fechado devido decreto estadual que estabelecia distanciamento social em vigor para conter o avanço da pandemia da Covid-19. No entanto, o retorno das vendas ainda ocorre lentamente.

Apesar do grande movimento de pessoas, principalmente no Centro de Fortaleza, as vendas ainda não superam as expectativas projetadas pelas lojas. De acordo com o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista e Lojistas de Fortaleza (Sindilojas), Cid Alves, ainda é baixo o número de clientes comprando.

"As vendas ainda não correspondem ao que a gente imaginou, ao que a gente

estavam indo bem, principalmente no final do ano, mas já começamos a sentir caindo em fevereiro, quando não teve o Carnaval, que também é uma das datas que mais vendemos. Agora, com esse retorno, acho que vai ser lento mesmo, pois ainda tem gente com medo de sair de casa. Quem vem, até

entra nas lojas, mas compra pouco", conta.

Gradual
A reabertura das atividades econômicas não aconteceu de forma gradual. No Centro, as lojas abrem às 10 horas e fecham às 16 horas. Já nos shoppings, as lojas funcionam de 12 horas às 18 horas. Também foi reduzida a capacidade de atendimento para 25%, esta é uma das formas para evitar aglomerações dentro dos estabelecimentos.

Os horários de funcionamento reduzidos e diferenciados foram estabelecidos para evitar as aglomerações no deslocamento dos trabalhadores, principalmente dentro dos ônibus, sendo esta uma das maiores reclamações de vulnerabilidade ao contágio do vírus.

Nesta retomada, os protocolos sanitários também foram reforçados entre os lojistas. As filas formadas nas portas das lojas são para controlar a circulação de pessoas sem causar lotação. Para en-



Correios

Bolsonaro assinou, na terça-feira (13), um decreto que foi publicado no Diário Oficial da União ontem em que inclui os Correios em seu plano de governo. O PND (Programa Nacional de Desestatização). A Secretária-Geral da Administração da República divulgou uma nota apontando os motivos que fizeram o governo federal tomar essa decisão. "A União deve concentrar os seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução [obtenção] das prioridades nacionais", diz o texto.

Pandemia impacta mais os jovens

Os trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos foram os mais prejudicados pela pandemia de covid-19. A taxa de desocupação subiu de 23,8% no quarto trimestre de 2019 para 29,8% em igual período de 2020, o que corresponde a quase 4,1 milhões de jovens à procura de emprego, diz o Ipea. No recorte por escolaridade, o desemprego foi maior para os trabalhadores com ensino médio incompleto: alta de 18,5% para 23,7%, nessa base de comparação. Em contrapartida, a ocupação dos que têm ensino superior continuou crescendo e houve alta de 4,7%, no comparativo.

Confiança piora

Pelo quarto mês consecutivo, a confiança do empresário industrial brasileiro apresenta queda, segundo o índice de confiança do empresário industrial. De acordo com o Ipea, foi registrada uma queda de 0,7 ponto no índice relativo a abril de 21, na comparação com março. Segundo a CNI, o índice de abril ficou em 53,7 pontos, em 54,4 pontos, em abril de 2020, quando ainda refletia de forma íntensa os efeitos da pandemia na indústria, o amar era de 34,5 pontos.

MPEs crescem

Em 2020, foram abertas 626.883 MPEs em todo o País. Desse total, 535.126 eram microempresas (85%) e 91.757 (15%) eram empresas de pequeno porte, segundo o Sebrae. Os setores onde as microempresas abriram maior número de unidades foram serviços combinados de escritório e apoio administrativo (20.398), varejo de artigos do vestuário e acessórios (16.786) e restaurantes e similares (13.124). Com base em dados do Governo Federal, o País criou 3,4 milhões de novos empregos, 6% de alta sobre 2019.

Informações de Rubens Frotas: frotas@rubensfrotas.com

De acordo com o Sindilojas, as vendas só devem melhorar quando os recursos dos auxílios começarem a circular

Adriana Garcia, que é vendedora em uma loja de utilidades e cosméticos na Rua Barão do Rio Branco, no Centro, fala sobre o movimento fraco. "Antes do lockdown, a loja era mais movimentada, as vendas estavam indo bem, principalmente no final do ano, mas já começamos a sentir caindo em fevereiro, quando não teve o Carnaval, que também é uma das datas que mais vendemos. Agora, com esse retorno, acho que vai ser lento mesmo, pois ainda tem gente com medo de sair de casa. Quem vem, até

Roca e Gerdau Silat, agora, fazem parte de associação do Complexo do Pecém

Roca e a Gerdau Silat, indústrias recém instaladas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), anunciaram que agora fazem parte da Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Ae-PIP). A associação conta, agora, com 31 empresas cujo objetivo é tornar o

Complexo do Pecém uma referência nacional e internacional.

A Roca, maior fabricante de produtos para banheiros no mundo, adquirido, no final do ano passado, por meio de leilão, a fábrica da Companhia Sul-Americana de Cerâmicas (CSC), empresa do Grupo Eternit. A companhia já

VERSÃO EMPREENDEDORISMO IMOBILIÁRIO E PARTICIPAÇÕES LTDA
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

AXA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - EIRELI
Toma público que requer a Secretaria de Meio Ambiente, Urbanização, Desenvolvimento Agrário e Recursos Hídricos - SEMA e Regulação de Licenças, Departamento de Regularização de Licenciamento Ambiental Jardim São José, no Sítio Jardim São José, Lote 2, Jardim São José, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBAMA
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBAMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBAMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBAMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBAMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBAMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBAMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL GRANDE DO CEARÁ - AVISO DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL GRANDE DO CEARÁ - AVISO DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL GRANDE DO CEARÁ - AVISO DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL GRANDE DO CEARÁ - AVISO DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL GRANDE DO CEARÁ - AVISO DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL GRANDE DO CEARÁ - AVISO DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL GRANDE DO CEARÁ - AVISO DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL GRANDE DO CEARÁ - AVISO DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL GRANDE DO CEARÁ - AVISO DE LICITAÇÃO
Toma público que requer a inscrição de Quilombo do Rio Anacardes do Município de Anacardes - IAPORÁ e Licença Privilegiada para Complexo Turístico Camélia Real, no An. da Indagação, s/n, Praia da Carne Quilombo, em Anacardes, Estado do Ceará. Por determinação do cumprimento das exigências contidas no Roteiro e Instruções de Licenciamento do IAPORÁ.